

PROFISSIONAIS DE CRECHE

Maria M. Malta Campos
Marta W. Grosbaum
Regina Pahim
Fúlvia Rosemberg
da Fundação Carlos Chagas

1. APRESENTAÇÃO

O texto que aqui divulgamos constitui uma primeira tentativa de abordagem da questão dos profissionais que atuam na creche, área complexa e praticamente inexplorada entre nós.

Fruto de percepções e discussões ainda assistemáticas de uma equipe que desenvolve estudos nessa área há dois anos, as colocações que seguem ainda guardam o caráter de hipóteses preliminares e apresentam-se como um desdobramento inicial de questões a respeito desse personagem ainda mal definido e com múltiplas faces, que chamamos de "profissional de creche".

Aquela que é conhecida como "pajem", referida no feminino não por acaso, ganha destaque nessa abordagem. Alguns dos dados apresentados tornaram-se disponíveis a partir de um encontro realizado em junho de 1982 em Piracicaba, que reuniu mais de trinta pajens de todo o Estado de São Paulo. O registro em video-tape de três dias de depoimentos, discussões e atividades, está em fase de edição. Avançamos aqui algumas considerações baseadas nessa experiência as quais, evidentemente, não têm a pretensão da generalização nem da sistematização.

Por constituir-se na experiência até agora mais sistematizada a que tivemos acesso, o modelo organizatório adotado na rede de creches diretas da Prefeitura de São Paulo é utilizado como objeto de análise, no momento em que discutimos a divisão de trabalho no interior da instituição creche.

O artigo toca, assim, em questões que são abordadas a partir de ângulos diversos, referentes a distintas modalidades de atendimento à criança pequena. Reflete, dessa forma, o estágio ainda incompleto e preliminar do conhecimento a respeito do trabalho desenvolvido nas creches.

2. AS DIVERSAS ORIGENS DOS PROFISSIONAIS DE CRECHE

Ponto de confluência de vários campos profissionais, a creche apresenta-se como uma instituição sobre a qual incidem diferentes orientações e tradições de trabalho. Ao contrário da escola ou do posto de saúde, sobre os quais não pairam dúvidas a respeito das respectivas áreas de competência, a creche ainda constitui um campo em disputa, onde profissionais de várias disciplinas interagem, diversos órgãos oficiais legislam, atuam e produzem regulamentos e diferentes fontes de recursos repassam verbas.

Historicamente, os vários campos profissionais desempenharam papéis específicos em relação à guarda e educação da criança pequena. Um primeiro exame dos dados históricos, documentos legais, diagnósticos e planos relativos a esse campo revela que é possível distinguir, no país, distintos momentos em que a preocupação pública com a questão do atendimento à infância concretiza-se em iniciativas, entidades, encontros, leis, regulamentos e reformas administrativas.¹

A maternidade e a infância constituem-se em objeto de discurso e atuação inicialmente por parte de médicos e higienistas, já no século passado. Resgatar a criança pequena da ameaça bastante real da doença e da morte, tanto mais séria quanto mais pobre a camada social considerada, é o objetivo das primeiras iniciativas coletivas, ainda localizadas no âmbito das entidades privadas. A

assistência às crianças abandonadas, por exemplo, organiza-se geralmente ligada a hospitais: são as "rodas" e "casas dos expostos".

Com efeito, a tradição assistencialista acompanha de perto a higienista, refletindo-se em iniciativas que ganham destaque na passagem do século, como é o caso do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, criado em 1899. Em 1919 são os seus fundadores que organizam o Departamento da Criança no Brasil que, em 1922, promove o Primeiro Congresso de Proteção à Infância.

A industrialização e a mobilização sindical que ganham força nos anos vinte, geram respostas como a criação de creches junto a fábricas, contrapartida no meio operário dos primeiros jardins de infância predominantemente voltados para as crianças da média e alta burguesia.

Até 30, as vertentes higienista, assistencial e trabalhista cruzam-se e convivem no âmbito restrito do incipiente atendimento que concretamente está disponível para as camadas mais pobres da população. Vinculadas à iniciativa privada, elas começam a se constituir em objeto de regulamentação e eventual apoio financeiro principalmente a partir de 30. O Estado agora organiza-se de forma centralizada e inclui a infância entre suas áreas de atuação. Os anos 40 assistem a várias iniciativas oficiais nesse campo, como é o caso da criação do Departamento Nacional da Criança, órgão do Ministério da Educação e Saúde Pública (1940) e do Serviço de Assistência a Menores — SAM, ligado ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (1941). As entidades assistenciais privadas também organizam-se em forma de Confederação, promovendo em 1948 a Campanha Nacional da Criança. Em 1942, por iniciativa de Darcy Vargas, é fundada a Legião Brasileira de Assistência — LBA, que, após a guerra, passa a se ocupar principalmente da maternidade e da infância.

Ao longo do tempo, a tradição assistencialista, que vê a creche enquanto uma modalidade de caridade, como o orfanato ou o asilo, nunca deixou de estar presente. Atuando aqui e ali, as entidades assistenciais privadas, religiosas e leigas, garantem a continuidade do pequeno atendimento existente. No correr das décadas há uma interação crescente entre essas entidades e os órgãos oficiais, o que por um lado garante o repasse cada vez mais importante das verbas públicas para essas instituições e, em contrapartida, reforça a atuação dos profissionais da área, contribuindo para uma "tecnificação" da assistência prestada pelos particulares. Aqui ganha destaque a área do serviço social, que traz consigo a preocupação com a família e a comunidade. O atendimento à criança é encarado como parte de uma atuação mais ampla através da qual se procura atingir a faixa da população trabalhadora considerada mais vulnerável aos efeitos provocados pela intensa industrialização e urbanização que acompanham a expansão do capitalismo no país. A pobreza, agora mais visível e perturbadora nos bairros populares das grandes cidades, torna-se o campo de trabalho dos assistentes sociais, seja através de programas de caráter permanente, seja através de atendimento direto, no caso de desajustes agudos ao nível da família ou em momentos coletivos de crise, como enchentes ou expulsões de terra.

Após 64, com a reorganização do Estado, há uma reformulação da preocupação oficial com os efeitos da pauperização de grandes parcelas da população, que pode ser entendida como resposta à inquietação social que o golpe militar procurava neutralizar. É sugestivo o fato de que uma das primeiras medidas do novo governo é extinguir o SAM, criando a FUNABEM, de início diretamente vinculada à Presidência da República. A ênfase nos aspectos técnicos dos diversos programas insere-se na tendência mais geral de despir as mani-

festações da miséria de seu caráter político, fazendo-as aparecer como disfunções ou desajustes de um sistema que não se questiona.

Dentre as várias faces da pobreza, a desnutrição e outros problemas relativos ao campo da saúde, ganham grande visibilidade. A resposta do poder público expressa-se pela criação de inúmeros órgãos e programas, como por exemplo o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, que tem por objetivo coordenar e implementar a atuação do Estado nessa área, junto às populações mais pobres. Definida como a faixa etária mais vulnerável, a criança pequena, principalmente nos seus primeiros anos de vida, e suas mães, são consideradas como a população alvo desses programas.

A vertente psicopedagógica da preocupação com a criança pequena desenvolveu-se paralelamente, ganhando destaque principalmente a partir da década de 70. Na primeira metade do século, o movimento da escola nova, que difundia a pedagogia ativa, incentivou o aparecimento dos jardins de infância, raramente acessíveis às camadas populares. Os parques infantis da Prefeitura de São Paulo, criados em 1935, são uma exceção: com o objetivo de preservar as crianças dos perigos do abandono durante o período de trabalho das mães, eles revelam, em suas instalações e na orientação seguida, a ênfase nas atividades de cunho recreativo. A identificação dos aspectos educativos dos cuidados com a criança pequena, com a preparação para a escolaridade futura, aparece com a difusão das teorias de privação cultural e das propostas de educação compensatória, a partir dos anos 70. A preocupação com a prevenção dos problemas de rendimento da escola pública de 1º grau, acompanha a ênfase com a pré-escolarização da criança pequena, principalmente na faixa de 4 a 6 anos, o que se reflete na compartimentação daquilo que é considerado como "educação" nos vários tipos de atendimento.

A partir da inclusão da faixa anterior à escolaridade obrigatória nas preocupações dos órgãos ligados à educação (ainda ignorada pela legislação), uma série de medidas se sucedem. Em 1975 é criada a Coordenação de Educação Pré-Escolar — COEPRE, no Ministério de Educação e Cultura. Como solução para o impasse existente entre o discurso oficial que aponta a pré-escola como necessidade e a crônica insuficiência de verbas destinadas para a educação, surgem as soluções de emergência, que procuram mobilizar recursos materiais e humanos da própria população na montagem de programas que combinam distribuição de alimentos com alguma atividade de cunho educacional: são os CEAPES e PROAPES, entre outros, aos quais junta-se, a partir de 1981, o MOBREAL.

Algo esquematicamente, é possível distinguir, a partir dessas diversas origens, a influência e o papel que hoje se observa, de cada uma dessas áreas, na instituição creche.

A medicalização dos cuidados com a criança pequena reflete-se principalmente junto à faixa até 3 anos: a regulamentação e fiscalização dos berçários de empresas é atribuição do Ministério da Saúde; as berçaristas recebem treinamento de entidades como a Cruz Vermelha; é comum o emprego de atendentes e auxiliares de enfermagem para cuidar dos bebês atendidos pelas creches. O trabalho de Marianna Augusto² é um bom exemplo dessa tendência de privilegiar, na creche, principalmente as atividades ligadas à higiene e prevenção de doenças. Essa ênfase também se manifesta para as faixas próximas dos 7 anos, traduzida nos diversos programas de reforço alimentar junto a creches e pré-escolas.

Do ponto de vista da assistência social, a faixa de 0 a 6 anos não é a única que se constitui em objeto de intervenção. O termo "menor", geralmente adotado pelos órgãos de promoção social, refere-se a todos aqueles que não completaram 18 anos. A política

que ainda predomina é a de estabelecimento de convênios de apoio financeiro e acompanhamento técnico a diversas modalidades de entidades privadas, a maioria delas de caráter beneficente. Esta é a forma de atuar adotada pela LBA, pelas FEBENS, pelas secretarias estaduais e municipais de promoção social.

Dadas as próprias características inerentes às entidades de caridade, as atividades nelas exercidas guardam também um caráter de trabalho leigo, "voluntário", mais dependente do idealismo e boa vontade dos envolvidos do que de uma formação profissional específica. Não é por acaso que esta é uma função geralmente atribuída às "primeiras damas": até há alguns anos a presidente da LBA era a esposa do Presidente da República. Essa conotação, por sua vez, é repassada para o pessoal empregado nas instituições, fazendo com que possíveis reivindicações por melhoria de salários e de condições de trabalho ganhem um caráter negativo, na medida em que se contrapõem à imagem de caridade e de favor associada ao tipo de atendimento oferecido à população mais pobre. A atuação dos profissionais da área de serviço social, geralmente restrita ao nível técnico intermediário, tem, muitas vezes, procurado modificar esse quadro, no sentido de uma valorização da interação com a comunidade e da profissionalização do pessoal da creche. Nem sempre, porém, essa atuação consegue se contrapor à extrema falta de recursos materiais existentes e à insuficiência dos quadros técnicos disponíveis.³

O campo educacional, por sua vez, sempre se caracterizou por minimizar a preocupação com a família e a comunidade. No caso do atendimento à criança pequena, esse relativo alheamento com a problemática da mãe e da família pode ter conseqüências ainda mais sérias do que nas faixas etárias subseqüentes, dada a extrema dependência da criança pequena em relação aos cuidados da mãe e aos

arranjos familiares. Além disso, a transposição, para dentro da creche, do modelo escolar, fruto da vinculação da preocupação pedagógica com a prevenção de problemas futuros na escola de 1º grau, segmenta em uma determinada faixa etária — 4 a 6 anos — e em atividades bastante específicas, aquilo que é considerado como "educacional" no atendimento à criança pequena. A dimensão afetiva e a dimensão dos cuidados ligados ao corpo permanecem excluídas do campo definido como educacional e, por conseguinte, fora da esfera de ação dos profissionais com formação pedagógica.

A psicologia não deixa de desempenhar um papel nessa compartimentação, na medida em que não soube traduzir as denúncias que ganharam força a partir dos trabalhos de Spitz e Bowlby⁴ em propostas de atuação junto a crianças pequenas atendidas em grupo. Só muito recentemente, experiências desenvolvidas principalmente na Itália e na França, têm procurado dar conta, no dia-a-dia da creche, das questões já amplamente reconhecidas pela psicologia em sua prática terapêutica: a importância das trocas afetivas entre adultos e crianças, a interdependência das atividades ligadas ao corpo com o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo da criança pequena.⁵

Do lado de fora da creche, a mobilização popular mais recente levanta questões e obriga o Estado a fornecer respostas. Como mostra o estudo realizado pela UNICEF e IBGE, de 1970 a 1977 aumentou consideravelmente a participação de mulheres casadas com filhos pequenos na força-de-trabalho, principalmente nas faixas de renda mais baixa.⁶ A questão da guarda dos filhos das mulheres que trabalham torna-se, assim, objeto de reivindicação crescente, reforçada pelo desenvolvimento das mobilizações populares ligadas ao local de moradia. A creche é exigida enquanto um dos equipamentos coletivos que deve estar presente nos bairros, encarada como um direito da população que paga impostos. Enquanto esse atendimento não é garanti-

do, organizam-se creches comunitárias, onde é enfatizada a participação dos pais e a partir das quais se busca obter apoio financeiro externo. Assim, no momento em que algumas prefeituras começam a implantar redes de creches públicas, a aspiração de participar na gestão desses equipamentos já está presente entre a população. Por outro lado, essa nova consciência popular, que devolve ao termo "creche" uma conotação positiva, constitui-se em desafio à tradição assistencialista, ainda muito disseminada entre alguns órgãos oficiais e as entidades privadas que continuam a atuar junto à faixa de 0 a 6 anos.

Para responder a esse questionamento, o Estado tem desenvolvido propostas diversas. As creches públicas nos locais de moradia, para as quais se alega um custo alto, são insuficientes frente à demanda e apresentam sérios problemas de orientação e funcionamento. Outras modalidades de atendimento, preferidas pelo seu custo mais baixo, como as creches residenciais e os programas de emergência para pré-escolares, encontram resistências por parte da população, da qual se exige uma parcela do custeio desses serviços, e de muitos técnicos, que apontam para inúmeros problemas ligados à qualidade do funcionamento. Apesar disso, essas experiências tendem a se multiplicar, introduzindo uma nova modalidade de pessoal que lida diretamente com as crianças: a monitora, sem formação especializada, que atende grupos numerosos, a partir de uma orientação mais ou menos próxima de professoras ou técnicos.

Entre todos os tipos de serviços de guarda e educação da criança menor de 7 anos, a creche pública aparece como o mais formalizado e sistematizado. Nela podemos observar, com maior clareza, como se hierarquiza e estratifica, junto a cada criança, as diversas tradições de atendimento, através dos diferentes profissionais.

As demais modalidades, desde creches mantidas por entidades assistenciais, até pequenas escolinhas surgidas a partir de organizações populares, aproximam-se mais ou menos desse modelo.

Como uma forma de analisar o trabalho do pessoal que atua em todas elas, talvez a análise seguinte, ainda preliminar, sobre as creches municipais de São Paulo, seja útil, exemplificando e detalhando questões ainda por resolver, a respeito dos profissionais da creche.

3. A DIVISÃO DE TRABALHO NO INTERIOR DA CRECHE

Não constitui novidade afirmar-se que o organograma de uma instituição educacional apresenta uma forma piramidal onde cargos e funções estão dispostos hierarquicamente; de um modo geral, às funções de planejamento e supervisão correspondem salários e níveis de capacitação superiores aos das funções de execução. Tem sido uso e costume em nosso meio, por exemplo, que um diretor receba salário superior ao de um professor e que, pelo menos formalmente, possua capacitação superior.

Porém, quando se introduz a instituição creche no quadro do sistema educacional, a hierarquia de cargos e funções (dentro da própria creche e entre as diferentes instituições educacionais) parece se complicar, em decorrência da intervenção de outros fatores.

Com efeito, a creche se diferencia das demais instituições educacionais por pelo menos duas particularidades marcantes: 1º) a de desempenhar, integrada à sua ação educativa, a função de garantir, durante parte do dia, a sobrevivência do educando; 2º) a de atuar junto à população mais jovem de educandos.

Assim é que, na execução da "rotina diária" de uma creche, ao mesmo tempo em que se processa a socialização da criança (portanto uma ação educativa) está se lhe garantindo, através da alimentação, da hidratação, da higiene, sua sobrevivência. É também através dessa rotina diária que estão sendo propiciadas trocas afetivas entre adultos e crianças, indispensáveis a um desenvolvimento adequado. Deste modo, a ação educativa, passando por trocas afetivas, está integrada às atividades de vida diária, ocorrendo a qualquer momento, sem que lhe seja necessário delimitar um espaço ou um tempo específico.

A convergência destas particularidades faz com que muitas das atividades desenvolvidas na creche impliquem numa interação mais do tipo corpo a corpo (e menos^h mediatização por processos simbólicos) e que nem sempre sejam percebidas como educativas (adjetivo que seria reservado principalmente a atividade próxima do modelo escolar), mas costumam ser relegadas principalmente à esfera do doméstico.

Ora, atividades identificadas como de tipo doméstico (ou ligadas à sobrevivência), privilegiando claramente contatos sensoriais e afetivos, e dirigidas a educandos de tenra idade parecem orientar uma hierarquia da ação educativa, quer se pense nos cargos propostos a profissionais no interior de uma mesma instituição educacional, quer se comparem entre si cargos equivalentes nas diferentes instituições educacionais.

Em resumo, a hierarquia de cargos e funções dos profissionais da educação parece ser determinada por pelo menos três tipos de "fatores":

- atividade direta com o educando (quanto mais diretamente ligada ao educando menor o prestígio do profissional);

- idade do educando (quanto menor o educando menor o prestígio do profissional);
- proximidade do corpo (quanto mais imediatamente ligado à sobrevivência — e portanto ao corpo — do educando, menor o prestígio do profissional).

Por outro lado, esta hierarquia se manifesta através de uma série de indicadores, entre os quais podemos destacar:

- formação exigida para ocupar o cargo e desempenhar a função;
- salário;
- carga horária;
- atividades executadas;
- diferenciações simbólicas;
- participação masculina.

Estas reflexões iniciais (ainda muito pouco elaboradas) podem facilitar a compreensão de algumas situações de trabalho vividas por profissionais da creche, tanto na própria instituição quanto no confronto com outras instituições educacionais.

Pela facilidade de acesso às informações, muitas das observações basearam-se em dados da Prefeitura do Município de São Paulo. Vale porém a ressalva que, de acordo com impressões colhidas junto a profissionais trabalhando em outros municípios e ligados a outros organismos, algumas das observações aqui discutidas talvez pudessem ser extensivas a outras administrações.

3.1. A Hierarquia

3.1.1. Escolaridade, Salário e Carga Horária

A tabela, transcrita abaixo, referente à escolaridade, sa lário e carga horária dos profissionais trabalhando na rede de creches diretas da Prefeitura do Município de São Paulo, informa so-

bre um organograma disposto de forma piramidal, no que diz respeito ao salário e à escolaridade. Uma diretora de creche recebe um salário aproximadamente 3 vezes maior que o de uma pajem.

TABELA Nº 1

3.1.2. Atividade Diretamente Ligada ao Educando

A rotina de uma criança, de acordo com a programação básica de creches da Coordenadoria de Bem-Estar Social — COBES⁷, é quase exclusivamente responsabilidade da pajem. Desse modo, a profissional que recebe um dos menores salários e de quem se exige um dos menores níveis de escolaridade, é aquela que trabalha mais diretamente com a criança.

QUADRO Nº 1

A diferenciação entre trabalho educativo e trabalho visando a sobrevivência transparece na distribuição de responsabilidades durante a execução da rotina diária: a professora, responsável pelo grupo de crianças a partir de 3 anos e meio, deve desincumbir-se apenas das atividades psicopedagógicas. Aquelas atividades menos escolares, como troca de roupa e alimentação, ficam por conta da pajem.

TABELA Nº 1

CRECHES DIRETAS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

C A R G O	REFERÊNCIA (1)	ESCOLARIDADE (2)	CARGA HORÁRIA (1)	SALÁRIO Cr\$ (1)
Diretor *	DA 9		8	144..636,00 + 33%
Auxiliar Direção	R 16		8	73.118,00
Auxiliar Administrativo	R 15	1º Grau Completo	8	67.993,00
Atendente Enfermagem	R 11	1º Grau Completo	8	54.947,00
Professor Educação Integrada	EM 1	2º Grau Completo	4	80.250,00
Pajem **	R 9	1º Grau Incompleto (acima de 4ª série)	6:30	48.426,00
Cozinheira	R 13	1º Grau Incompleto (acima de 4ª série)	8	60.924,00
Auxiliar Cozinha	R 9	1º Grau Incompleto (acima de 4ª série)	8	48.426,00
Servente	R 4		8	34.812,00
Vigia	R 5	Alfabetizado		36.033,00
Zelador	R 13	Alfabetizado	8	60.924,00

* Como está mencionado na coluna referente a salário, o diretor de creche recebe além do básico, mais 33% relativos ao fato de trabalhar 40 horas semanais.

** Houve uma melhoria recente na situação profissional da pajem que passou da referência R 5 para R 9 e uma diminuição na carga horária, de 8 para 6:30 horas diárias.

(1) Informações obtidas junto à FABES.

(2) Informações extraídas de COBES (1980). CRECHES: programação básica, p.31-32.

QUADRO Nº 1

QUADRO DE ROTINA DIÁRIA DA CRIANÇA

ROTINA	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Troca de roupa, desjejum, controle esfínteres, banho de sol, hidratação (oferecimento de água), oferta de suco de frutas, estimulação de berçário, troca de roupa de berçário, higiene.	Manhã	Pajem
Almoço/Mamadeira.		
Higiene, sono e repouso, controle e esfínteres, banho berçário, lanche/mamadeira, banho das crianças a partir 18 meses, troca de roupa (berçário) sopa/mamadeira.	Tarde	Pajem
Saída.		
Atividades Psicopedagógicas.	Manhã - Tarde	Professora Pajem
Medicação	Durante o dia	Auxiliar e/ou Atendente de enfermagem

- Fonte: COBES (1980) CRECHES: Programação Básica, p.54-65.

3.1.3. Tipo de Atividade

As esferas do doméstico e do cuidado com o corpo se concretizam nas atividades de limpeza e higiene do local e da criança, as quais incorporam, algumas vezes, a qualificação de atividade "suja". Isto é, sempre que é possível, uma divisão de trabalho nas atividades voltadas à sobrevivência, a higiene e a limpeza ficam sob responsabilidade de um profissional de menor prestígio: no hospital ficam a cargo da enfermeira ou do atendente de enfermagem; na cozinha profissional, do auxiliar de cozinheiro; na casa, da empregada doméstica; na creche, dos profissionais com o prestígio igual ou inferior ao da pajem.

No quadro nº 2 apresentamos as atribuições dos diferentes profissionais da creche no tocante à higiene e limpeza.

QUADRO Nº 2

Para os cargos superiores, a responsabilidade se esgota no "zelar, orientar, supervisionar, e prever". A execução da higiene e limpeza dos locais fica por conta dos profissionais ocupando cargos de menor prestígio.

QUADRO Nº 2

ATIVIDADES DE HIGIENE E LIMPEZA

C A R G O	A T I V I D A D E S
Administradora	Zelar pela manutenção conservação e higiene das instalações, equipamentos utensílios, e material em geral.
Auxiliar de Enfermagem	Orientar e supervisionar a desinfecção de material de uso da criança bem como o preparo e distribuição dos alimentos.
Professora	Prever, organizar e controlar o material necessário ao desenvolvimentos das atividades.
Pajem	Manter a organização e higiene do material usado pela criança.
Cozinheira	Manter a conservação e higiene do ambiente, equipamentos, utensílios etc..
Faxineira	Garantir a limpeza geral das instalações físicas.
Lavadeira/Passadeira	Lavar e desinfetar, passar e consertar as roupas do equipamen to.

Fonte: COBES (1980). CRECHES: Programação Básica, p.33-37.

3.1.4. Indicadores Simbólicos

Alguns indicadores simbólicos hierarquizam também, de forma clara, as posições ocupadas pelos diferentes profissionais de creche. Que se pense, por exemplo, na ambigüidade das denominações de pajem, babá, monitora, atendente, recreacionista, que ora denotam uma atividade historicamente ligada ao espaço doméstico (pajem e babá), ora denotam uma atividade fluída, pouco definida (atendente, monitora de quê?) ou ainda mais próxima do brincar que do educar (recreacionista). Mesmo que não se leve em conta a ambigüidade da denominação, é evidente a distinção nominal entre a pajem e a professora: aquela nomeando uma profissional que executa atividades junto às crianças menores, desincumbindo-se também dos cuidados de limpeza e higiene; esta, uma profissional que vem da tradição escolar, exercendo funções de execução e de orientação, lidando com crianças maiores e sem que lhe sejam atribuídas atividades de limpeza.

Apesar de não ser previsto nas recomendações contidas na Programação Básica elaborada por COBES, não é raro que nas creches administradas por outros organismos, as pajens, faxineiras e cozinheiras usem uniforme, às vezes de diferentes cores e que tenham seus cabelos escondidos por lenços. Estas particularidades do vestuário não são, via de regra, extensivas aos administradores, diretores e funcionários de nível técnico. Uniforme, lenço, avental constituem, com efeito, acessórios funcionais para aqueles que, alimentando, trocando, limpando a criança, podem a qualquer momento sujar-se, lambuzar-se, molhar-se. Porém, sua simples presença identifica seus portadores: aqueles que executam serviço "sujo".

3.1.5. Participação Masculina

A participação masculina, apesar de não estar formalmente regulamentada na Programação Básica de COBES, se restringe, de acordo com as informações colhidas, aos cargos de diretor, vigia e zelador. Inexistente entre pajens, os homens aparecem na proporção de 5% entre os diretores de creche.

Sem dúvida, este afastamento do homem de profissões ligadas à educação da infância pode ser compreendido tanto pelo atributo de trabalho "sujo", como pelos menores salários oferecidos para este trabalho.

Mas é necessário que se acrescente — mesmo que cuidadosamente — um complicador, nem sempre claro, nem sempre nomeado, quase nunca consciente que permitiria melhor compreender a reduzida participação masculina na educação da criança pequena. Referimo-nos à sensualidade que impregna a interação adulto-criança pequena, provinda tanto do contato corpo-a-corpo quanto da importância que assumem indicadores sensoriais: odores, temperatura, sons etc.. Apesar de interdito suspeitar a presença do desejo nessa relação, admite-se mais facilmente essa sensualidade na interação mulher-criança que na homem-criança. É como se a maternidade efetiva ou potencial de qualquer mulher impedisse, ou bloqueasse, a erotização de suas interações com a criança. As imagens de inocência e pureza ligadas à maternidade não parecem extensivas à paternidade. Quando homens se dedicam ao trabalho educativo com crianças pequenas passam a ser suspeitos, tanto sobre sua identidade masculina, quanto sobre sua moralidade. Foi através de uma argumentação de tipo moral que a clientela das Creches Municipais de Piracicaba recusou a presença de pajens de sexo masculino em grupos de crianças pequenas, e em certas atividades com crianças maiores, como por exemplo o banho.

3.1.6. A Pajem e a Professora

Quando se compara a ação da pajem à da professora trabalhando em creche, a posição hierárquica se evidencia.

QUADRO Nº 3

Observa-se, então, que a professora que trabalha com grupo de crianças maiores necessita de maior qualificação, recebe maior salário, trabalha um menor número de horas e não desempenha atividades de limpeza.

3.2. A Hierarquia entre as Diferentes Instituições

Por outro lado, as diversas instituições educacionais, quando comparadas entre si, apresentam a mesma forma de hierarquia, girando em torno da idade do educando (relacionada provavelmente com o desempenho de atividades próximas ao corpo): quanto menor o educando, menor o nível de qualificação exigido do profissional e/ou menor o salário recebido.

A fim de facilitar a comparação, vamos nos ater a apenas uma categoria profissional de educadores: o docente, ou seja, aquela pessoa que lida diretamente com o educando. Um professor lecionando na pós-graduação do nível de doutoramento recebe aproximadamente 15,3 salários mínimos; uma pajem trabalhando na rede de creches da Prefeitura do Município de São Paulo ganha aproximadamente 2 salários mínimos.

COMPARAÇÃO ENTRE A SITUAÇÃO DA PAJEM E DA PROFESSORA QUE TRABALHAM EM CRECHE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

	C A R G O	
	P A J E M	P R O F E S S O R A
Formação (2)	1º grau incompleto	2º grau completo
Salário (1)	Cr\$ 48.426,00	Cr\$ 80.250,00
Carga Horária Diária (1)	6:30 horas	4:00 horas
Atividades Previstas (2)	- Participar do planejamento das atividades psicopedagógicas; - executar os serviços e atividades junto à criança, segundo divisão por grupos etários e de acordo com a programação estabelecida em relação aos cuidados de saúde, alimentação e atividades psicopedagógicas; - proceder à educação sanitária formal e informal da criança; - manter a organização e higiene do ambiente e material usado pela criança; - prestar os primeiros socorros à criança, quando necessário; - colaborar com a Auxiliar de Enfermagem e/ou Atendente de Enfermagem, quando necessário, na triagem diária, administração e medicamentos etc.; - manter contato direto com a mãe ou responsáveis, quando da entrega da criança; - informar imediatamente a Auxiliar de Enfermagem ou Atendente de Enfermagem ou Administradora sobre indisposições físicas apresentadas pela criança, bem como nos casos de emergência; - manter a professora informada sobre a vivência diária da criança e problemas detectados.	- Coordenar a execução da programação psicopedagógica a ser desenvolvida nos diferentes grupos etários; - subsidiar a administradora na distribuição da criança por grupos etários; - planejar, juntamente com as pajens, a carga horária de atividades psicopedagógicas; - supervisionar e orientar o trabalho das pajens em relação ao conteúdo e estratégias da programação psicopedagógica; - orientar e observar, juntamente com a administradora, as atitudes dos funcionários em seus contatos com a criança; - atuar diretamente em grupos de crianças a partir de Maternal II — 3 anos e 6 meses; - proceder a educação sanitária formal e informal da criança, colaborando para o desenvolvimento de hábitos de higiene, controle de esfíncteres etc.; - informar a Auxiliar de Enfermagem e/ou Atendente de Enfermagem e Auxiliar Social, sobre suspeitas de deficiências: visuais, auditivas, foniátricas, e outras, para os devidos encaminhamentos; - prestar os primeiros socorros à criança, quando necessário; - preparar, organizar e controlar o material necessário ao desenvolvimento das atividades; - colaborar com o Auxiliar Social na prestação de informações às famílias, sobre as condições de desenvolvimento da criança, bem como orientá-las, quanto a atenção e cuidados a serem observados em casa; - informar a administradora sobre o desenvolvimento das atividades nos diferentes grupos, resultados alcançados, problemas detectados etc..

Paralelamente, observa-se também que quanto menor o educando (e conseqüentemente menor o salário) maior a participação de mulheres ocupando o cargo.

TABELA Nº 2
PORCENTAGEM DE MULHERES ENTRE OS DOCENTES — BRASIL

GRAUS	ANO	%
Pré	1978 ¹	98,2
1º Grau	1977 ²	86,8
2º Grau	1977 ²	53,6
3º Grau	1978 ³	36,1
4º Grau (Mestrado)	1978 ³	32,6
4º Grau (Doutorado)	1978 ³	16,0

Fontes: ¹ SEEC-MEC, 1981.

² SEEC-MEC, 1980.

³ SEEC-MEC, 1978.

Apesar de não dispormos de informações gerais sobre a freqüência de homens entre os monitores de creche, sabemos que são raríssimos os homens que aí trabalham: nenhum na rede de COBES, apenas alguns raros em Piracicaba, ou em certas creches particulares.

A Prefeitura do Município de São Paulo fornece um bom exemplo para ilustrar essa diferença de prestígio. Na tabela abaixo transcrevemos os dados relativos a salário dos diferentes profissionais da educação trabalhando em escolas de 1º grau (que incluem Escolas de Educação Infantil — EMEIS) e em creches diretas, ambas instituições sob a responsabilidade administrativa e econômica da prefeitura.

TABELA Nº 3

TABELA Nº 3

SITUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TRABALHANDO NAS REDES MUNICIPAIS DE CRECHES E DE ESCOLAS DE 1º GRAU¹

CARGO	CRECHES			ESCOLAS DE 1º GRAU		
	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA DIÁRIA	SALÁRIO
Diretor*	DA 9	8	Cr\$ 144.636,00 + 33%	EM 8	8	Cr\$ 156.898,00 + 33% + 60%
Auxiliar de Direção**	R 16	8	Cr\$ 73.118,00	EM 6	8	Cr\$ 115.494,00 + 60%
Assistente Pedagógico**				EM 6	8	Cr\$ 115.494,00 + 60%
Orientadora Educacional**				EM 6	8	Cr\$ 115.494,00 + 60%
Auxiliar de Administração	R 15	8	Cr\$ 67.993,00			
Secretária				EM 2	8	Cr\$ 86.436,00
Auxiliar de Secretaria				EM 15	8	Cr\$ 67.993,00
Inspetor***				EM 15	8	Cr\$ 67.993,00 + 33%
	EM 1	4	Cr\$ 80.250,00	EM 1	4	Cr\$ 80.250,00
Professor	EM 3			EM 3	4	Cr\$ 94.979,00
	EM 4			EM 4	4	Cr\$ 99.869,00
Atendente de Enfermagem	R 15	8	Cr\$ 54.947,00			
Limpeza	R 9	6:30	Cr\$ 48.426,00			
Cozinheira	R 13	8	Cr\$ 60.924,00	R 13	8	Cr\$ 60.924,00
Auxiliar de Cozinha	R 9	8	Cr\$ 48.426,00	R 9	8	Cr\$ 48.426,00
Merendeira	R 4	8	Cr\$ 34.812,00	R 5	8	Cr\$ 36.033,00
Cozinheira	R 5	8	Cr\$ 36.033,00	R 5	8	Cr\$ 36.033,00
Cozinheiro	R 13	8	Cr\$ 60.924,00			
Assistente de Ativ. Artística				EM 3	4	Cr\$ 94.979,00

Informações obtidas junto à FABES (sobre creche) e (escola)

* O cargo de Diretor na creche recebe 33% de complementação salarial por trabalhar 40 horas semanais. Na rede escolar, para o mesmo cargo, além desse acréscimo existe mais um de 60% por dedicação exclusiva (o que se chama de RDPE).

* Na rede escolar os cargos de auxiliar de direção, assistente pedagógico e orientador educacional recebem também o RDPE. Na rede de creches, o único cargo equivalente é o de auxiliar de direção que não recebe acréscimo nenhum.

* Na rede escolar o cargo de inspetor recebe um acréscimo de 33% equivalendo ao trabalho de 40 horas semanais.

A tabela permite uma série de observações:

- uma maior diversidade de cargos na rede escolar que nas creches;
- alguns cargos administrativos equivalentes (por exemplo diretor e servente) significam salários desiguais, mais altos na rede escolar que nas creches;
- a função docente na creche, desempenhada por pajem e por professora (EM 1), corresponde a exigências de escolaridade a níveis salariais inferiores aos da rede escolar.

4. A PAJEM

4.1. Condições de Trabalho

O baixo nível de exigência quanto à escolaridade de quem vai assumir a função de pajem faz com que, na creche, a maior parte, senão todo o trabalho realizado diretamente com a criança seja assumido por pessoas sem nenhuma formação. Embora alguns treinamentos, de curta duração, sejam oferecidos nos locais de trabalho (em geral no momento de admissão da funcionária), para a maioria prevalece o bom-senso e a prática, como única escola a ditar soluções para os problemas do dia-a-dia, na tentativa de desempenhar com sucesso, as inúmeras atribuições que o papel exige, ou seja, atender a criança nos aspectos educacional e emocional, de saúde e higiene.

Um levantamento sobre o assunto, feito entre as 34 participantes do Encontro Estadual de Profissionais de Creche de Piracicaba, realizado em junho de 1982⁸, revela o seguinte quadro:

TABELA Nº 4

	NENHUMA	TREINAMENTO DE CURTA DURAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO	ESCOLA NORMAL
Formação para o trabalho	57,5%	30,3%	12,1%

Os dados colhidos junto ao mesmo grupo, no que se refere à remuneração, indicam baixos salários, consideradas a longa jornada de trabalho e a responsabilidade exigidas.

TABELA Nº 5

	MENOS DE 8 HS.	8 A 9 HS.	MAIS DO QUE 10 HS.
Jornada de trabalho diária	9,0%	63,5%	27,1%

TABELA Nº 6

	ATÉ 1 SAL.MÍNIMO (JUNHO/82)	16.000 A 30.000	31.000 A 45.000	ACIMA DE 45.000
Salário (para jornada média de 8 a 10 hs. de trabalho diário)	23,3%	56,5%	16,6%	3,3%

O descanso, na hora do almoço, não é previsto em todas as creches. Em muitas delas a pajem deve almoçar junto com as crianças, continuando, também neste horário, como a única responsável por elas.

TABELA Nº 7

	SIM	NÃO OU ÀS VEZES
Descanso no horado almoço	58,6%	41,9%

A questão da refeição da pajem está sujeita a orientações diversas. Enquanto em algumas creches a pajem tem direito às refeições, noutras ela deve pagar sua comida. Outras, ainda, oferecem somente o arroz-feijão, deixando a "mistura" por conta de cada uma. O controle, nestes casos, é problemático, pois cria, muitas vezes, um clima desagradável de fiscalização.

Todas estas restrições não impedem, entretanto, que em regiões de muita pobreza, o trabalho da pajem tenha, na comunidade, uma conotação positiva, reforçada quando existe o direito de frequência à creche para seus filhos pequenos.

4.2. Percepções das Pajens a Respeito de seu Papel na Creche

Depoimentos colhidos no encontro, bem como os contatos a partir dele surgidos, trazem informações e reflexões muito ricas sobre as condições de trabalho e a existência dessa categoria profissional. Embora tais informações não permitam ainda uma generalização, não deixam de ser relevantes, na medida em que refletem a percepção que uma pequena amostra desse grupo profissional tem de sua função e de seus problemas.

O termo pajem traz em si uma conotação que provoca questionamentos e rejeição. Para as pajens da creche o uso do termo confunde-as com a pajem-babá, contratada pela família de classe média e alta, com a incumbência de "olhar a criança". Na creche, segundo elas, a responsabilidade da pajem vai muito além, incluindo a esti-

mulação do desenvolvimento da criança e sua educação.

Em verdade, o que permeia esta e outras discussões das pajens é a indefinição da função, que cria uma instabilidade de papéis e muita insegurança. A impossibilidade de dividir responsabilidades, pela falta de pessoal, leva a pajem a acumular um número muito grande de tarefas, que vão desde a guarda da criança e cuidados com sua higiene e saúde, até incumbir-se da limpeza da creche ou substituir a professora em atividades pedagógicas.

A sobrecarga de trabalho torna-se ainda maior, na medida em que cada pajem costuma ter sob sua responsabilidade um número muito grande de crianças (um berçário com 30 crianças ou um grupo de 60 crianças de 4 a 5 anos, por exemplo), o que implica numa solicitação constante e numa frustração pela impossibilidade de oferecer o atendimento adequado.

A necessidade de obedecer a rodízios de mudança de função (de pajem para cozinheira, de cozinheira para lavadeira e novamente pajem) parece representar outra fonte de frustrações, principalmente quando a pajem começa a se adaptar às novas tarefas ou começa a se apegar ao grupo de crianças com que trabalha.

A pajem se ressentida, ainda, da falta de preparo para assumir o trabalho junto às crianças. Em relação aos treinamentos oferecidos, muitas falhas são apontadas: propõem temários distanciados da realidade vivida no cotidiano, o que os torna pouco motivadores; são muito teóricos, não chegando a instrumentar o profissional para o seu trabalho efetivo; usam uma linguagem que desconsidera e desrespeita a linguagem da pajem, o que as desestimula a vencer as dificuldades do próprio treinamento. Assim, a pajem retorna ao trabalho com os mesmos problemas: o que fazer com as crianças e como trabalhar com elas.

Envolvidas numa rotina diária muito absorvente, as pajens não têm momentos previstos para comunicação entre si e com os técnicos, para troca de experiências, orientação ou discussão de problemas. Também por isso, a direção funciona, muitas vezes, como intermediária entre a creche e a família, criando um distanciamento entre mãe e pajem, que são as que lidam diretamente com a criança.

O ponto fundamental de contato entre a creche e a família é a saúde da criança. Neste aspecto, os cuidados dispensados pela mãe e pela pajem, que muitas vezes destoam quanto à orientação ou intensidade, criam conflitos e ambivalências. As pajens descrevem as crianças atendidas pela maioria das creches como sendo de nível sócio-econômico baixo, filhos de mães solteiras ou de famílias desagregadas, que enfrentam inúmeras dificuldades. Tais dificuldades, conhecidas de perto por quem provém de um meio social muito próximo ao das mães, refletem-se no trabalho da creche, principalmente sobre a pajem, que muitas vezes recebe a criança no início da semana com a mesma fralda ou roupa que vestia na sexta-feira anterior. É a pajem que muitas vezes permanece até às 8:00 horas da noite esperando, com algumas crianças, as mães que não retornaram do trabalho em tempo de buscar seus filhos no horário previsto de saída. Estas situações criam a ambivalência de sentimentos da pajem que, se por um lado entende as dificuldades da mãe, por outro reprova a falta do que considera ser dever e obrigação da família.

Assim, absorvida por toda essa problemática, a pajem deixa transparecer um forte sentimento de insatisfação, de insegurança e de falta de perspectivas, que o empenho e a dedicação ao trabalho diário não conseguem esconder.

5. A QUESTÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO FRENTE ÀS PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO

A questão da integração da creche com a comunidade e, mais especificamente, da participação da comunidade na creche tem sido abordada tanto pelos órgãos definidores da política de atendimento à criança de 0 a 6 anos (LBA, FABES, MOBRAL), como também pela própria população.

Embora haja consenso quanto à necessidade dessa participação para o atendimento adequado à criança, a definição, o processo de reivindicação, a proposta e a efetivação dessa participação vêm se revestindo de características específicas e colocando problemas distintos conforme o grupo envolvido na questão.

Explicitamente, os órgãos que atuam na área de atendimento ao menor definem essa participação não só como a informação aos pais e à comunidade das atividades desenvolvidas com a criança e dos objetivos que se pretende alcançar, mas também como a colaboração efetiva e co-participação dos pais na manutenção e funcionamento do equipamento, através da prestação de serviços, bem como no processo sócio-educativo da criança, através da participação nos cuidados e atividades pedagógicas desenvolvidas com as crianças. Enfim a proposta é de que a comunidade se integre na rotina do equipamento.

Esta colaboração tem sido defendida enquanto possibilidade dos pais e da comunidade trazerem para a creche a sua própria experiência, opinarem sobre as atividades desenvolvidas e as decisões a serem tomadas, comprometerem-se com as soluções propostas e atuarrem como fator de pressão junto aos equipamentos, trazendo como con

seqüência uma troca de experiências e de conhecimentos e a adequação da ação educativa à realidade e à cultura de cada comunidade.

Entretanto, quando se passa para o exame da operacionalização dessas propostas, observa-se que a comunidade não é chamada a participar de sua elaboração, mas sim da sua execução, através do trabalho gratuito ou semi-gratuito, fato que se confirma no momento da concretização das propostas. Assim, embora explicitamente os objetivos sejam o de realizar um entrosamento através da troca de informações e experiências, bem como de difundir conhecimentos relativos à educação infantil, com conseqüente melhoria do nível de vida da população, o que vem ocorrendo na realidade, é simplesmente a utilização de mão-de-obra gratuita ou mal remunerada para a realização das tarefas mais rotineiras, que não tem significado realmente uma participação nos moldes em que vem sendo proposta, e muito menos um "crescimento dessa população", aspecto que tende a se agravar nos programas destinados às populações mais carentes. Não se pode deixar de apontar que é principalmente a mão-de-obra feminina a utilizada nesses programas. Como merendeiras na pré-escola de emergência, como pajens no programa de mães crecheiras.

Por outro lado, a questão da participação toma outra feição quando colocada por setores da população engajados em movimentos comunitários e por grupos profissionais que se vêem na contingência de se organizar para atender necessidades específicas às suas atividades. Assim os grupos comunitários não só mobilizam a comunidade em torno da luta para a obtenção de creches, como é o caso do Movimento de Luta por Creches de São Paulo, mas também reivindicam a sua participação nas decisões relativas à construção e gestão da creche, bem como na definição do tipo de educação que será dada à criança.

Uma das reivindicações desses movimentos tem sido a de que seja dada preferência, no momento da seleção de pessoal a ser empregado na creche, para pessoas do próprio bairro, identificadas com os interesses da população. Algumas experiências têm procurado respeitar esse critério, como é o caso das sete primeiras creches diretas inauguradas pela Prefeitura de São Paulo após 1980 e dos Centros Comunitários instalados em Piracicaba a partir de 1978.

Até mesmo outros programas, que não possuem ligação com a mobilização popular, procuram seguir essa orientação, embora a partir de outros objetivos, entre os quais sobressai a tentativa de diminuir custos, empregando mão-de-obra sem qualificação e por baixa ou nenhuma remuneração.

De qualquer forma, a utilização, nas creches, de pessoas que fazem parte do mesmo grupo social da população atendida, coloca várias questões.

Em primeiro lugar, a profissionalização do pessoal que lida diretamente com a criança teria de ser entendida enquanto um processo gradual, que acompanha a experiência concreta de trabalho de cada um e parte da realidade que lhes é familiar. Essa formação deveria garantir a consciência da própria identidade ligada a esse tipo de trabalho, procurando superar a visão de que o emprego na creche constitui um tipo de favor ou pagamento pelos serviços eventualmente prestados ao bairro anteriormente.

Por outro lado, a experiência recente mostra que a integração creche-bairro não é garantida simplesmente pelo emprego de moradores do local. Essa integração depende, fundamentalmente, de um trabalho de equipe dentro da instituição e de um trabalho de mobilização no bairro. A experiência de alguns bairros de São Paulo e de Piracicaba demonstra que a formação de uma nova consciência a respeito da importância do desenvolvimento da criança e do papel da

creche desenvolve-se a partir de um trabalho que, além da dimensão educativa, possui uma dimensão política.

Algumas das discussões e manifestações surgidas do grupo de pajens e técnicos que se reuniram no encontro de Piracicaba revelam que esse processo já está ocorrendo. A interpenetração da experiência desenvolvida recentemente pelos movimentos populares ligados ao local de moradia, com o surgimento das creches comunitárias e públicas, reflete-se na politização de alguns problemas enfrentados pelas pajens e pelos técnicos dentro das creches. É o caso, por exemplo, da consciência de exploração sofrida pelas pajens que trabalham quase 10 horas por dia e recebem pouco mais de um salário mínimo; da crítica à mentalidade e às práticas assistencialistas ainda vigentes em muitas creches; da ansiedade em quebrar as barreiras de comunicação entre os vários tipos de profissionais que atuam na área.

O encontro revelou, além disso, que a forma de expressão de muitas dessas inquietações e aspirações nem sempre é exclusivamente verbal. Lidando com tarefas muito ligadas ao corpo, próximas ao lúdico — mais visível e aceito em grupos de crianças pequenas —, muitas delas ainda não totalmente desligadas de sua própria infância (algumas pajens não passavam dos 17 anos de idade), as situações de jogos e dramatização permitiram que muitas percepções fossem explicitadas de forma não verbal. Essa experiência parece sugerir que para que as barreiras de comunicação sejam quebradas é preciso criar espaço para tipos de troca que não são usualmente utilizados nos treinamentos existentes. Ela indica, também, que na rotina diária das creches raramente existem essas oportunidades de interação, que podem ser o ponto de partida para o questionamento da compartimentação dos cuidados com a criança e da segmentação das várias faces de seu desenvolvimento, em grupos de idade e tradições profissionais estanques.

NOTAS

1. A maior parte dos dados mencionados a seguir encontram-se no trabalho de Sonia Kramer, A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce, Rio de Janeiro, Achiamé, 1982, capítulo II.
2. Marianna Augusto, Comunidade infantil: creche, Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1979.
3. Veja-se depoimento de Leonor Mortari Faria e debate sobre o papel do técnico em Creche, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nov. 1982, suplemento de Cadernos de Pesquisa (43), pp. 40-42 e 44-46.
4. O filme "Grief" de John Bowlby e René Spitz é de 1940. Bowlby realizou um relatório para a Organização Mundial de Saúde, Maternal care and mental health, tendo publicado, desde então, muitas obras a respeito dos efeitos da institucionalização sobre crianças pequenas e, mais recentemente, análises sobre o sentido do apego mãe-filho.
5. Veja-se, entre outros, os seguintes trabalhos: Olga Baudelot e Monique Breauté, La crèche, ses objectifs, son evolution recente, SRESAS, Les enfants dans les crèches, Paris, INRP, 1979, n. 19, pp. 211-238; Danielle Rapoport e Marie-Christine Choppy, Quinze années d'experience en crèche: réflexions sur le rôle et la fonction des psychologues cliniciens, Bulletin de Psychologie XXXII (339):167-174; Maria Giovanna Caccialupi, Adriano Salsi e Lino Zanni, La prima scuola? Asili nido: organizzazione e decentramento, Milano, Gabriele Mazzotta, 1977; Francesco Tonucci, Appunti sulla scuola dell'infanzia, Milano, Fabbri, 1981.

6. IBGE/UNICEF, Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas 1970-1977, Rio de Janeiro, IBGE, 1982. Cf. cap. 2, Famílias, elaborado por Rosa Maria Ribeiro da Silva.
7. Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria do Bem Estar Social, Creches, programação básica, São Paulo, COBES. 1980, 2ª edição. A maioria das informações aqui comentadas são as que constam deste manual; sabemos que muitas normas e dados modificaram-se desde a data de sua publicação.
8. Para tomar parte no encontro foram convidadas pajens de todo o Estado de São Paulo, que trabalham em creches comunitárias, públicas, privadas e de empresas, ligadas a várias prefeituras, entidades assistenciais religiosas e leigas, grupos de bairro, as quais mantêm convênios com órgãos municipais, FEBEM, Secretaria de Promoção Social, LBA, etc. Procurou-se, assim, garantir a maior diversidade possível dentro do grupo, sempre dando preferência a quem lida diretamente com a criança. Participaram também algumas técnicas que trabalham junto às creches e especialistas em dramatização, teatro, educação física e atividades psico-pedagógicas.